

Tribunal Regional Eleitoral  
de São Paulo

# ELABORAÇÃO DAS METAS NACIONAIS 2023

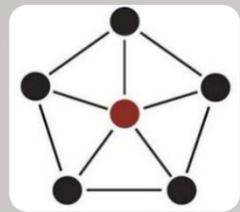
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E GESTOR DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

---

REUNIÃO: 12.08.2022 às 15:00



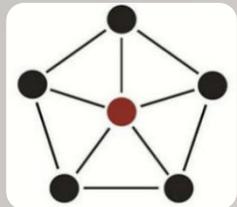
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
ESTRATÉGICO E DE ELEIÇÕES



# GESTÃO PARTICIPATIVA NA ELABORAÇÃO DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

- Resolução CNJ n. 221/2016 - utilização de processos colaborativos na definição das Metas Nacionais do Poder Judiciário, envolvendo magistrados, magistradas, servidores e servidoras, áreas técnicas, associações de classe e sociedade.
- Fomento à participação - processo participativo de definição das Metas é elemento de pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade:
  - consulta pública de ampla abrangência, incluindo a sociedade (até 20 pontos);
  - audiência pública (até 15 pontos);
  - reunião ou videoconferência que envolva magistrados(as) e servidores(as) de 1o e 2o grau (até 10 pontos);
  - reunião ou videoconferência restrita a magistrados(as) e servidores(as) específicos de unidades judiciárias ou unidades técnicas do Tribunal (até 5 pontos);
  - reunião ou videoconferência ou atividade realizada com a participação de outros tribunais (até 5 pontos).

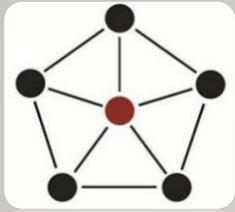




# DIRETRIZ PARA A DEFINIÇÃO DAS METAS NACIONAIS PARA 2023 – JUSTIÇA ELEITORAL

Meta vigente	Indicação do CNJ
Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos	Monitoramento contínuo no atual ciclo da Estratégia – relevância alta
Meta 2: Julgar processos mais antigos	Monitoramento contínuo no atual ciclo da Estratégia – relevância alta
Meta 4: Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	Manter – relevância alta
<b>Meta 9: – Estimular a Inovação no Poder Judiciário</b> Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário	<b>Rever</b>





**Tribunal Regional Eleitoral**  
de São Paulo

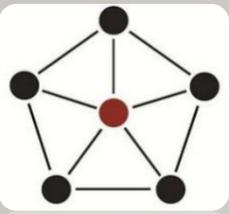
# **META 9 – ESTIMULAR A INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO**

PROCESSO DE ELABORAÇÃO

---



**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
ESTRATÉGICO E DE ELEIÇÕES**



# INTEGRAÇÃO DAS METAS DO PODER JUDICIÁRIO E OS ODS – AGENDA 2030 DA ONU

2019



## Meta Específica 1:

✓ODS 4: Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral



## Pesquisa interna (Magistrados(as) e Servidores(as))

Sugestões de proposta de meta referente aos ODS – Agenda 2030

As sugestões ficaram entre os:

ODS 4 – Educação de qualidade; e  
ODS 5 – Igualdade de gênero



2020



## Meta Específica 1:

✓ODS 4: Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral



## Meta Específica 2:

✓ODS 5: Fomentar a participação feminina no processo eleitoral



## 3 Pesquisas (módulos: sociedade, governança e público interno)

Sugestões de projetos/ações para ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

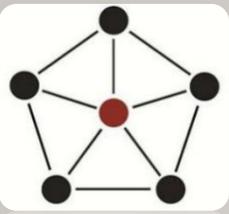
\*Após o processo participativo, a JE optou por assumir o ODS 5 como Meta Nacional para 2021



Tribunal Regional Eleitoral  
de São Paulo



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
ESTRATÉGICO E DE ELEIÇÕES



# INTEGRAÇÃO DAS METAS DO PODER JUDICIÁRIO E OS ODS – AGENDA 2030 DA ONU

2021



## Meta Específica 1:

✓ODS 4: Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral



## Meta Específica 2:

✓ODS 5: Fomentar a participação feminina no processo eleitoral

2022



## Meta 9 de 2022 – Estimular a Inovação no Poder Judiciário

✓ODS 5: Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.



Duas pesquisas nacionais (uma aberta à sociedade e outra para o público interno – servidores(as) e magistrados(as) para a definição de qual ODS priorizar para Meta Nacional 9 de 2022

A opção mais votada foi a proposta de manutenção, para 2022, do ODS 5



Duas pesquisas (uma exclusiva para magistrados e magistradas, e outra aberta para servidores, servidoras e sociedade)



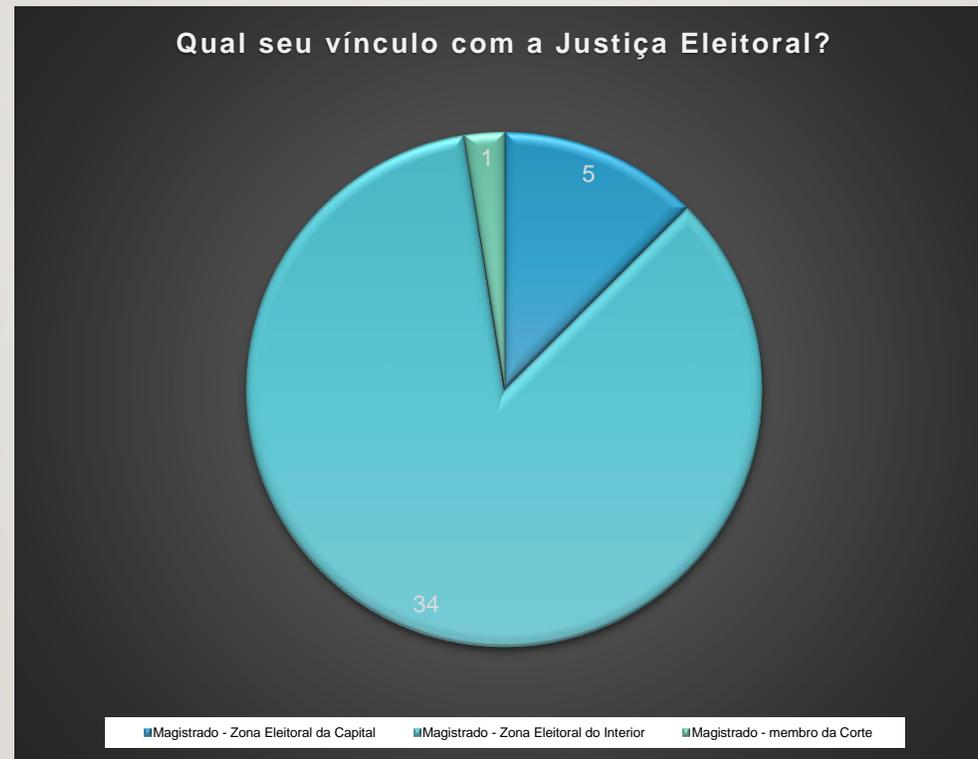
Tribunal Regional Eleitoral  
de São Paulo



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
ESTRATÉGICO E DE ELEIÇÕES



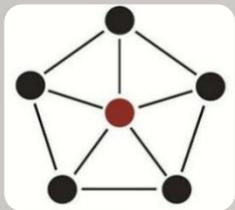
# PARTICIPAÇÃO – MAGISTRADAS E MAGISTRADOS



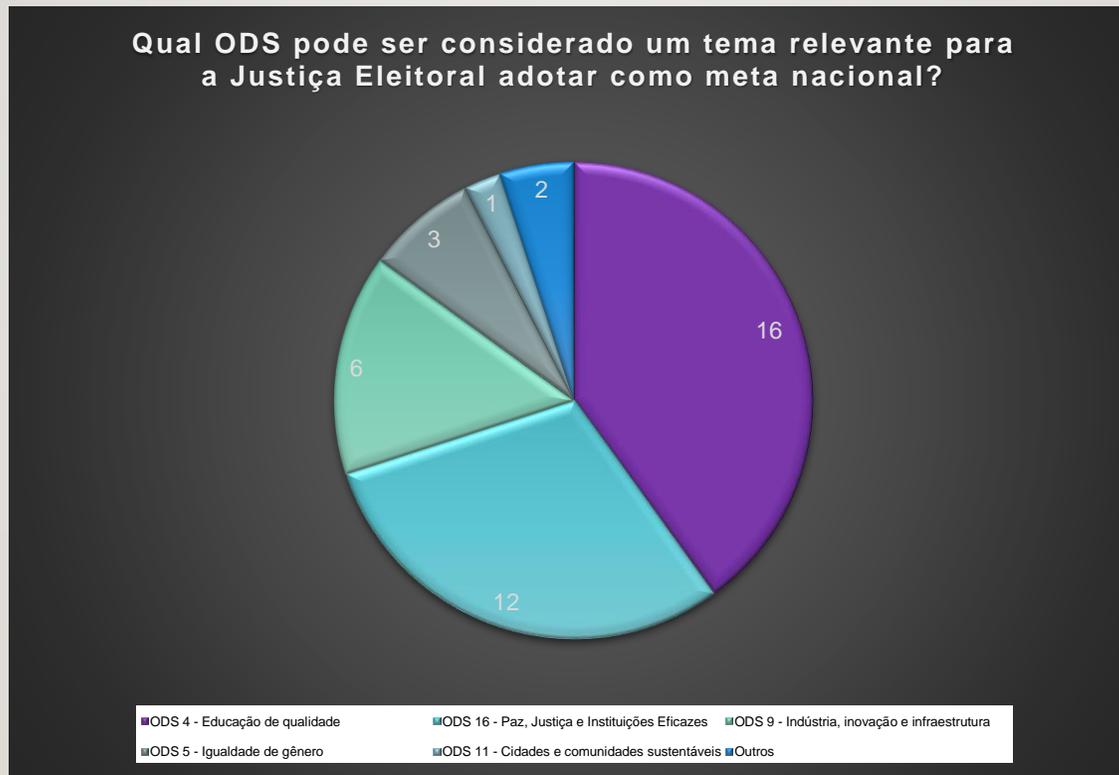
**Tribunal Regional Eleitoral**  
de São Paulo

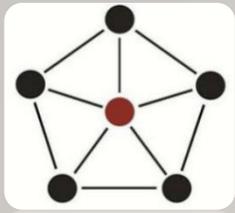


**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
ESTRATÉGICO E DE ELEIÇÕES**

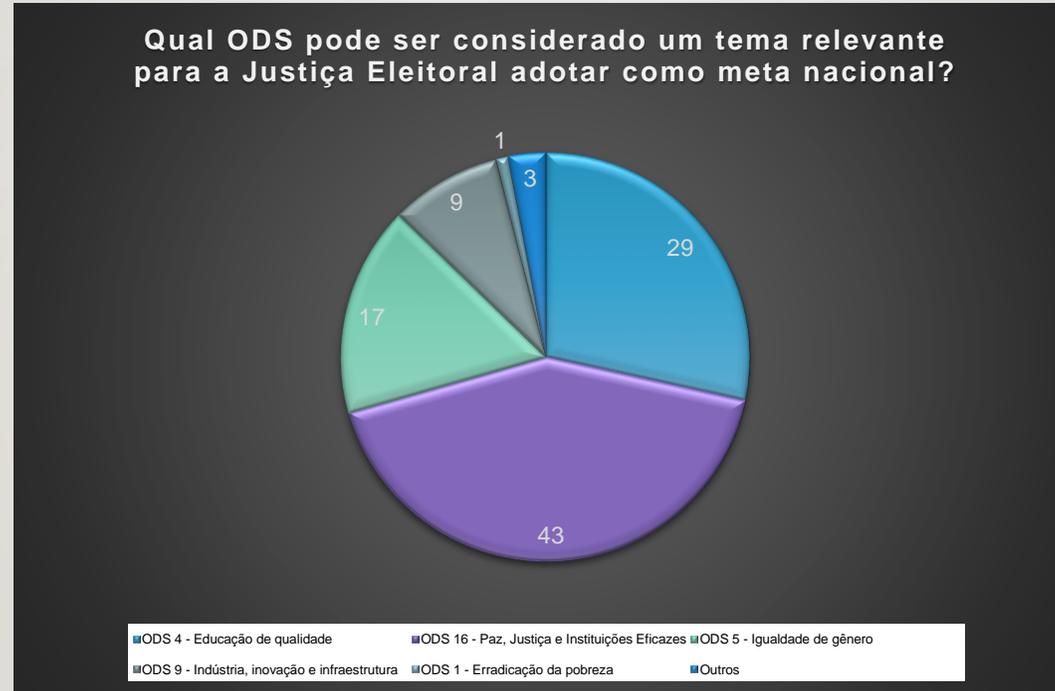


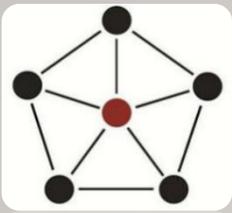
# RESULTADOS – MAGISTRADAS E MAGISTRADOS





# RESULTADOS – SERVIDORAS E SERVIDORES



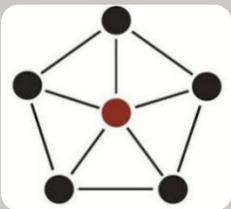


# RESULTADOS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PARA A META NACIONAL 9 PARA 2023



- Quilombo Ivaporanduva – Eldorado – SP: ODS 4
- Parelheiros - Aldeia Tenonde Porã: ODS 4
- Terra Indígena de Jaraguá: ODS 16
- Avaí - Aldeia Araribá: ODS 16
- Quilombo Porto Velho – Iporanga: ODS 10





# PARA A META NACIONAL 9 PARA 2023, QUAL ODS DEVE SER TRATADO COM PRIORIDADE?

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

**4**  
**Educação de qualidade**

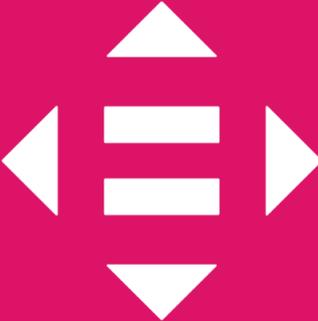
Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

**10**  
**Redução das desigualdades**

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

**5**  
**Igualdade de gênero**

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

**16**  
**Paz, Justiça e Instituições Eficazes**

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

